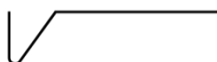


O conceito de aristocracia operária em Lênin e Hobsbawm e os trabalhadores gráficos brasileiros nas décadas de 20 e 30.



Lucas Alexandre Andreto¹

Resumo

O presente artigo busca evidenciar as diferenças entre o conceito de “aristocracia operária” em Vladimir Lênin e em Eric Hobsbawm com o objetivo definir de que maneira, em que sentido e/ou em que medida o conceito de “aristocracia operária” é viável para analisar os trabalhadores gráficos brasileiros na década de 20 e 30. Edney dos Santos Gualberto, fundamentado em Hobsbawm e Lênin defende que os gráficos não constituíam uma “aristocracia operária”. De nossa parte, buscamos mostrar que sob o ponto de vista de Hobsbawm, os gráficos constituíam uma “aristocracia operária” e, justamente por isso, tinham condições de desempenhar um papel de vanguarda no movimento operário brasileiro.

Palavras-chave: Aristocracia Operária - Trabalhadores Gráficos - Movimento Operário - Lênin.

Abstract

This article seeks to highlight the differences between the concept of “worker aristocracy” in Vladimir Lenin and Eric Hobsbawm in order to define how, in what sense and / or to what extent the concept of “worker aristocracy” is viable to analyze workers Brazilian graphics in the 1920s and 1930s. Edney dos Santos Gualberto, based on Hobsbawm and Lenin, argues that the graphics were not a “workers aristocracy”. For our part, we seek to show that from Hobsbawm's point of view, the graphics constituted a “workers aristocracy” and, precisely for this reason, were able to play a leading role in the Brazilian labor movement.

Keywords: Workers Aristocracy - Graphic Workers - Labor Movement – Lênin

¹ Graduado e mestre em História pela Unesp – Assis. Doutorando em Ciências Sociais pela Unesp – Marília.

Introdução

O conceito de “aristocracia operária” foi usado por Lênin e por Eric Hobsbawm em ocasiões diferentes e procurando responder questões bastante diversas, ainda que nos dois casos houvesse como plano de fundo um debate político. No Brasil levantou-se o questionamento da pertinência do conceito de “aristocracia operária” para pesquisar os trabalhadores gráficos na Primeira República. Categoria organizada e atuante, os trabalhadores gráficos foram fundamentais para a organização política dos anarquistas, comunistas e trotskistas durante o citado período e atuou para a formação da consciência de classe do proletariado principalmente no movimento operário de São Paulo e do Rio de Janeiro. Assim, definir se os gráficos eram vanguarda operária ou aristocracia torna-se importante para as pesquisas do movimento operário que abordam esse período. O presente artigo tem como problemática definir de que maneira, em que sentido e/ou em que medida o conceito de “aristocracia operária”, tratadas por Lênin e Hobsbawm, é viável e útil para analisar os trabalhadores gráficos brasileiros da Primeira República (podendo servir também como ponto de partida para a mesma discussão sobre outras categorias de trabalhadores e/ou em outros períodos da história)

A classe operária europeia passou a organizar-se em partidos políticos a partir da década de 70 do século XIX, fundando os partidos socialdemocratas (ou socialistas e trabalhistas), cujo primeiro e mais emblemático foi o Partido Social Democrata Alemão. Unidos mundialmente através da II Internacional, os partidos socialdemocratas conservavam o objetivo da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que seria organizar o proletariado como classe, conquistar o poder do Estado e socializar os meios de produção, ou seja, fazer a passagem da sociedade capitalista para o socialismo (PZEWSKI, 1984.p. 104). Contudo, paulatinamente a II Internacional opera uma mudança em sua política que rumo em direção à conformação para com a sociedade capitalista. O ápice desse movimento de distanciamento de seus princípios originais se dá quando os partidos associados a II Internacional decidem apoiar a Primeira Guerra Mundial, em 1914, defendendo cada um seu próprio país perante os países inimigos e mandando suas bases operárias para a morte, ocorre uma cisão no movimento, pois uma parte dos socialdemocratas (incluindo Lênin e Rosa Luxemburgo) denunciam o

acontecimento como uma clara traição ao internacionalismo proletário e os princípios do socialismo em geral. Os operários deveriam unir-se internacionalmente para lutar contra os interesses homicidas de seus patrões, ao invés de irem para o front matarem-se uns aos outros em prol desses interesses. Depois, em proposta para a Conferência de Zimmerwald, Lênin sintetizou a ideia: transformar a guerra em guerra civil revolucionária (CARONE, 2000.).

Os líderes da II Internacional foram criticados pelo caráter reformista de suas propostas, como, por exemplo, a passagem gradual ao socialismo, geralmente através das eleições parlamentares e com o menor número de conflitos de classe, o que trazia, como pressuposto, um radical revisionismo das teses marxistas. É a partir da crise da II Internacional que Lênin passa a estudar as bases materiais da mesma, buscando responder o que significava aquilo que ele chamava de social-chauvinismo da II Internacional e em quais fenômenos sociais ele se assentava.

A resposta forjada por Lênin veio em seu livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo* onde, analisando a monopolização das empresas capitalistas, a exportação de capitais dessas empresas e dos Estados nacionais a elas associados, assim como a partilha do mundo entre as nações europeias (para Lênin, a razão da Primeira Guerra Mundial), identifica o surgimento nos países europeus de uma camada da classe operária que se beneficia da riqueza obtida através dos métodos imperialistas, estando nos postos de mão-de-obra especializada das empresas imperialistas, ligada a produção de manufaturas e bens de capital, ganhando altos salários e tendo melhores condições de trabalho.

Essa “aristocracia operária” ainda se beneficiaria da riqueza obtida pelo imperialismo através da participação nos grandes sindicatos estatais que lhe forneciam uma série de benefícios e viam que quanto menor o salário dos operários que produzem os bens de primeira necessidade, mais baratas eram as mercadorias e, portanto, maior o seu poder de compra. Por esses meios, se estabelece uma ponte entre os interesses da aristocracia operária e da burguesia imperialista de seu respectivo país pela manutenção de um lugar de vantagem na concorrência imperialista mundial e na manutenção do baixo valor da força de trabalho dos trabalhadores produtores de bens de primeira necessidade, tanto em países imperialistas, quanto nas colônias. Assim, para Lênin, a aristocracia operária seria a base de classe da II Internacional e dos partidos socialdemocratas, socialistas ou trabalhistas da Europa, sendo o pensamento dos intelectuais socialdemocratas como Edward Bernstein e

Karl Kautsky a expressão teórico-ideológica da aristocracia operária associada a burguesia imperialista.

Vemos, portanto, que o conceito de “aristocracia operária” surge para Lênin como uma expressão de um fenômeno social gerado pelo desenvolvimento da etapa imperialista do capitalismo que, por sua vez, teve graves consequências para o movimento revolucionário da classe operária de todos os países. Era, dessa forma, uma abordagem de fundamento militante e tinha como ponto de chegada os rumos a serem tomados para a concretização da revolução proletária na Rússia e na Europa.

Hobsbawm, por sua vez, produziu um artigo em 1954 chamado *A Aristocracia do Trabalho na Inglaterra do Século Dezenove* em que buscava delinear as características de tal camada do proletariado no século XIX, bem como o tamanho da “aristocracia do trabalho” e seu lugar na estratificação social. Seu artigo, posteriormente publicado no livro *Os Trabalhadores: ensaios sobre a História do Operariado*, objetivava provar a validade da teoria da aristocracia operária, isto é, que a tese de que existia, nas palavras do autor: “certa camada superior distinta da classe trabalhadora, mais bem paga, mais bem tratada e geralmente considerada mais respeitável e politicamente moderada que a massa do proletariado”, era válida, útil e bem fundamentada para estudar a história da classe trabalhadora no século XIX.

Hobsbawm retorna ao assunto, primeiro com o texto *Lênin e a aristocracia operária*, em 1970, e depois, ao fim da década, com os textos *A aristocracia operária reexaminada* e *O debate sobre a aristocracia operária*, respectivamente de 1978 e 1979, publicados depois nos livros *Revolucionários* e *Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária*. Desta vez, buscava se inserir no debate dos historiadores britânicos sobre o tema, que segundo o autor, comumente referenciavam-se em seu texto de 1954, e que agora apresentava uma vertente de intelectuais da “nova esquerda” da década de 60 que consideravam a aristocracia operária “uma obra de mitologia política”, ou seja, que ela simplesmente não existia. Hobsbawm busca então mostrar que esse questionamento sequer deveria fazer parte do debate, e sim que a questão era a grandeza, a data do fenômeno da aristocracia operária, sua relação com a especialização da mão-de-obra, assim como se este fator engendrava uma cultura específica desta camada de classe que, por sua vez, poderia criar concepções políticas reformistas.

Assim, ainda que houvesse como plano de fundo um debate político, em Hobsbawm a questão é em primeiro plano acadêmica, buscando provar a existência de uma aristocracia operária na história (principalmente da Inglaterra) e que o conceito era útil, senão necessário, para entender o processo do “fazer-se” da classe operária britânica.

No Brasil, o debate sobre a aristocracia operária foi importante no que diz respeito aos trabalhadores gráficos na década de 20 e 30. O período da história brasileira conhecido como Primeira República foi o momento em que ficou claro que o país se modernizava, começava sua industrialização, suas cidades, principalmente as capitais, adaptavam-se aos padrões das grandes cidades burguesas como Londres e Paris. Dentre todas as vertiginosas mudanças que tornavam o Brasil um país cada vez mais inserido nos padrões do capitalismo mundial estava a expansão da máquina do funcionalismo público, dos pequenos comércios e, portanto, das classes médias. Enfim, nossa sociedade tomava os contornos da sociedade burguesa: ao lado das antigas oligarquias agrárias (e não raro nascida delas) surgia uma burguesia industrial, a indústria demandava um largo contingente de mão-de-obra que era trazida principalmente pelos imigrantes europeus e assim surgia a classe operária. A vida cultural também se diversificava, e um dos principais ramos que nascia e crescia com muita velocidade, encontrando nas classes médias seus principais consumidores, era a imprensa e o mercado editorial. Na cidade de São Paulo, existiam 16 jornais em 1901, ao final do período abordado neste artigo (1930), eram 74 jornais. A capital paulista expandia sua indústria de jornais e livros com maior intensidade e velocidade que os outros estados brasileiros (GUALBERTO, p. 21).

Ainda que raras vezes sejam vistas dessa maneira, a fabricação de jornais e livros pressupõe um processo fabril e, logicamente, de força de trabalho operária. Dentro de uma empresa gráfica trabalhavam tipógrafos, encadernadores, litográficos, linotipistas, impressores e tantas outras categorias de trabalhadores, o que fazia deste ramo bastante diversificado internamente e demandando um número considerável de pessoas.

A historiografia que trata dos trabalhadores gráficos demonstrou o caráter vanguardista desta categoria. Como mostrou o trabalho de Vitorino, os gráficos se organizavam desde pelo menos a metade do século XIX, quando a própria indústria gráfica ainda era muito pequena no país, de maneira que em 1858 os gráficos do Rio de Janeiro lançavam-se em greve e buscavam fundas suas primeiras associações de classe. A luta pela fundação de um sindicato dos gráficos ou organização semelhante se arrastou por muito

tempo, pelo menos toda a segunda metade do século XIX e início do XX e só conseguiu vitória mais duradoura com a fundação da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) em 1904, que ainda assim, teve um hiato de existência entre 1912 e 1919. Os gráficos também desempenharam importante papel em fazer de seu sindicato um difusor de material revolucionário e de formação de consciência de classe para outras categorias de trabalhadores, através de eventos culturais, palestras e debates ocorridos na sede do sindicato bem como por meio do jornal sindical *O Trabalhador Graphico* (VITORINO, 1995). Os trabalhadores gráficos brasileiros foram no começo do século uma categoria que se sobressaiu devido a sua organização, pelo seu ativo sindicato, sendo de grande importância tanto para os anarquistas na década de 10, quanto para os comunistas na década de 20. Os gráficos ficaram marcados positivamente pelas greves de 1923 (onde sua vitória logrou o aparecimento do Dia do Trabalhador Gráfico) e de 1929. Ganhavam melhores salários e tinham condições de vida levemente melhores que a dos demais operários.

Entretanto, um detalhe importante a respeito dos trabalhadores gráficos levantou questionamentos sobre a sua definição como “vanguarda da classe operária” na Primeira República. Seria o fato de que os gráficos ganhavam salários acima da média das demais categorias de trabalhadores, desfrutavam de melhores condições de vida, seu sindicato era mais forte e estável, tinham maior acesso a cultura e eram intelectualizados acima da média. Não era raro que outros operários considerassem os gráficos como trabalhadores elitizados, não exatamente no mesmo patamar de classe social que eles. Assim, levantou-se a problemática de que os trabalhadores gráficos poderiam ser uma “aristocracia operária”, com todas as implicações que isso poderia ter, incluindo a conhecida tendência ao conservadorismo, o que entrava em nítida contradição com a conhecida militância revolucionária dos gráficos. Uma vez que os gráficos foram base e sustentáculo para várias organizações políticas que fizeram história no movimento operário, incluindo os anarquistas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os trotskistas, definir o caráter dos trabalhadores gráficos acabaria tendo consequências que iam para além do que se pode saber sobre eles mesmos.

O debate a respeito de os trabalhadores gráficos brasileiros da década de 20 e 30 pertencerem a aristocracia operária ou não foi feito por Edney dos Santos Gualberto, em sua dissertação *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*, onde concluiu, apoiando-se em Lênin e Hobsbawm, que os gráficos não faziam parte de

uma aristocracia operária pois o conceito só seria aplicável à Inglaterra, no contexto em que Lênin abordava, de forma que “ não poderia servir como argumento metodológico para explicar o desenvolvimento da classe operária em outros países, nem mesmo os mais desenvolvidos”. Além disso, para Gualberto, o conceito seria ainda mais inexato quando pensado para a classe operária brasileira, visto que nosso modelo de desenvolvimento agroexportador foi um empecilho para o desenvolvimento da indústria e impediu o crescimento de uma burguesia industrial e financeira exportadora de capitais no Brasil.

A conclusão de que os gráficos não eram aristocracia operária deixa livre o caminho para defini-los como “vanguarda”, tal como ocorre no título da dissertação de Gualberto. Assim, a abordagem sobre o conteúdo de classe dos operários gráficos se passa como a busca por responder se eram “aristocracia operária ou vanguarda?” deixando um pressuposto não dito de que as duas classificações ao mesmo tempo seriam excludentes (o que seria uma decorrência lógica visto que a aristocracia operária é teoricamente reformista). Derrubada a possibilidade de classificá-los como aristocracia operária, bastou Gualberto demonstrar que os gráficos reconheciam-se como proletariado, isto é, que tinham uma consciência de classe, e não uma consciência corporativa ou individualista, etc; que buscavam repassar para as demais categorias da classe trabalhadora essa mesma consciência e que eram uma categoria ativamente militante para concluir que eram uma “vanguarda” do movimento operário.

No entanto, estamos convencidos de que há alguns pontos nesse debate que devem ser explorados. A nosso ver, na análise de Gualberto não fica claro a relação do conceito de “aristocracia operária” com a teoria leninista do imperialismo, o que leva o autor a restringir o fenômeno apenas para a Inglaterra do começo do século XX, quando na verdade ele poderia existir em qualquer país desde que fosse imperialista em termos leninistas. Esta questão fica em conexão com o fato de que, justamente a teoria do imperialismo marca a diferença ou mesmo divergência do conceito de aristocracia operária para Lênin e para Eric Hobsbawm, enquanto que Gualberto serve-se dos dois autores como se estivessem falando estritamente da mesma coisa nos mesmos termos, quando não estão.

Assim, buscamos evidenciar nesse artigo que Lênin e Hobsbawm não compartilham do mesmo entendimento a respeito do que foi a aristocracia operária, de forma que ainda que em termos leninistas os gráficos brasileiros das décadas de 20 e 30 não possam ser considerados aristocracia operária, eles podem ser considerados como tais sob a perspectiva

de Eric Hobsbawm, de modo que isto não é fator sem importância, visto que era justamente as condições desta categoria de trabalhadores como “aristocratas do trabalho” em termos de Hobsbawm que os possibilitava materialmente exercer o papel vanguardista no movimento operário brasileiro das primeiras décadas da República que é apontado por Gualberto e demais autores.

1. A Aristocracia Operária

O termo “aristocracia operária” fora usado por Engels em um artigo publicado nas revistas *Commonweal* da Inglaterra e *Die Neue Zeit* da Alemanha no ano de 1885 e cujo título era “*A Inglaterra em 1845 e em 1885*”. O artigo foi citado quase inteiramente no prefácio feito por Engels à edição alemã de 1892 de seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, onde encontramos a seguinte afirmação de Engels, que discorria sobre a situação da classe operária inglesa em 1885:

Somente em dois setores protegidos da classe operária verificamos a existência de melhorias permanentes. O primeiro é o dos operários fabris. [...]

Em segundo lugar, o dos grandes sindicatos (trade unions). Trata-se das organizações daqueles ramos de produção em que se empregam exclusiva ou predominantemente homens adultos. Até hoje, sua força organizada não foi vulnerabilizada pela concorrência com o trabalho feminino e infantil nem pela utilização de máquinas. Metalúrgicos, carpinteiros, marceneiros e operários da construção são tão fortes que podem até, como fizeram estes últimos, impedir o emprego de máquinas em suas atividades. É indiscutível que sua situação melhorou muito desde 1848; prova-o o fato de, há quinze anos, seus patrões estarem satisfeitos com eles e eles, com seus patrões. Constituem uma aristocracia na classe operária [grifo nosso] – conquistaram uma posição relativamente cômoda e consideram-na definitiva. São os operários-modelo dos srs. Leone Levi e Giffen (assim como dos bons burgueses tipo Lupo Brentano) e, na verdade, são pessoas tratáveis, gentis para com qualquer capitalista razoável e mesmo para o conjunto da classe capitalista (ENGELS, 2008. P. 354).

Lênin, em seu livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* parte das considerações de Engels para tratar daquilo que, para ele, seria um dos fenômenos que a fase imperialista do capitalismo trazia como consequência, ou seja, a formação de camadas privilegiadas entre os operários, “a fim de separá-las das grandes massas do proletariado” (LÊNIN, 2012. P. 145). Esta divisão dos operários em camadas distintas - possibilitada pelo imenso

rendimento que os países imperialistas conseguiam através da submissão de outros países à dívida financeira, dependência econômica e também pela conquista colonial – visava acentuar o oportunismo e a decomposição temporária do movimento operário.

O “aburguesamento” de camadas da classe operária inglesa já havia sido notado por Engels em 1858 em carta para Marx, que é citada por Lênin, mas o argumento do líder bolchevique para mostrar como a aristocracia operária é fruto do processo imperialista, do monopólio inglês do mercado mundial e da exploração colonial, baseia-se principalmente numa carta de Engels para Karl Kautsky, onde este diz

Você me pergunta o que os operários ingleses pensam sobre a política colonial. Ora, justamente o mesmo que pensam da política em geral. Aqui não há um partido operário, há apenas conservadores e liberais-radicais, e os operários aproveitam-se, juntamente com eles, com a maior tranquilidade do mundo, do monopólio colonial da Inglaterra e do seu monopólio no mercado mundial (LÊNIN, 2012. 146).

Dessa maneira, para Lênin, da exploração de outros países levada a cabo pela Inglaterra e seu monopólio no mercado mundial e seu monopólio colonial, decorria o aburguesamento de parte da classe operária inglesa e essa “aristocracia operária” compartilhava com a burguesia alguns interesses de classe que os levavam a constituir, através do domínio que exerciam sobre os sindicatos ingleses, a base do reformismo e do oportunismo no movimento operário. A questão é definida de forma sintética por Vladimir Ulianov no prefácio do livro, onde afirma ser a aristocracia operária o principal apoio da Segunda Internacional.

Essa camada de operários aburguesados ou de “aristocracia operária”, inteiramente pequeno-burgueses pelo seu modo de vida, pelos seus altos salários e por toda a sua concepção de mundo, constitui o principal apoio da Segunda Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia, porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes, operários da classe capitalista (labour lieutenants of the capitalist class), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia, colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos versaillais contra os comunards (LÊNIN, 2012. P. 34).

É importante lembrar, como fez Eric Hobsbawm, que o que preocupava Lênin ao trazer o conceito de “aristocracia operária” era uma questão concreta do movimento

operário europeu: explicar as raízes sociais e históricas do reformismo e o colapso da Segunda Internacional (HOBSBAWM, 1985. P. 130).

Hobsbawm debateu de forma considerável a questão da aristocracia operária. Para o historiador, os fatores que definem a “aristocracia operária” são o nível e regularidade dos ganhos do trabalhador, a seguridade social, as condições de trabalho, incluindo o tratamento recebido pelos patrões e capatazes, as relações com as camadas sociais acima e abaixo, as condições gerais de vida e também sua perspectiva de futuro (HOBSBAWM, 1985. P. 130). Em outras palavras, “certa camada superior distinta da classe trabalhadora, mais bem paga, mais bem tratada e geralmente considerada como mais ‘respeitável’ e politicamente mais moderada” (HOBSBAWM, 1981. P. 276). Partindo dessa definição, o historiador britânico analisa o desenvolvimento da aristocracia operária na Inglaterra desde 1790 até 1914, e em todo esse período destaca como fazendo parte dela categorias como tipógrafos, litográficos e encadernadores de livros.

Algumas características dos trabalhadores gráficos brasileiros pareciam coincidir com as descritas principalmente por Hobsbawm.

A questão, contudo, só pode ser respondida mediante um panorama mais completo sobre os trabalhadores gráficos paulistas e que, acreditamos, em boa parte nos é oferecido pelo trabalho de Edney dos Santos Gualberto. Encontramos ali a imagem ideal de uma São Paulo da Primeira República, em pleno processo de industrialização e urbanização, onde a imprensa é um setor de grande importância e que cresce a olhos vistos. Segundo tabela preparada pelo autor, a cidade de São Paulo continha em 1901 um contingente de 16 jornais e em 1929, eram 74 jornais circulando pela metrópole. Apesar de a imprensa ser um ramo crescente no país inteiro, em São Paulo ela avançava com maior tamanho e velocidade. Como Gualberto não poderia deixar de notar, a expansão da indústria gráfica era expressão do desenvolvimento urbano e cultural da cidade e encontrava seu principal público consumidor nas classes médias.

A indústria gráfica e toda a cadeia produtiva no qual estava inserida cresceu em ritmo acentuado nas primeiras décadas do século XX. A demanda pelos produtos da empresa gráfica nutria as expectativas de ganho no setor. A racionalização dos investimentos gerava lucros maiores no desenrolar dos anos. A sociedade republicana apoiava o setor através da procura por modernidade. Porém, a mão-de-obra necessitava de conhecimento e especialização, talvez o único e maior obstáculo para o

processo de mais-valia não ocorrer da forma almejada pelo patronato (GUALBERTO, 2008. P. 31).

Nesse quadro, cabia ao operário gráfico a confecção dos materiais, estando entre as profissões que faziam parte desse trabalho o linotipista, o tipógrafo, o impressor e o encadernador. A mão-de-obra desses ofícios exigia especialização e, não raro, a habilidade de saber ler, escrever e contar. Essa característica, juntamente com a necessidade crescente da sociedade consumir produção gráfica, ler jornais, entrar em contato com material da imprensa, garantia ao operário gráfico um salário razoável para a época.

Gualberto traça um quadro comparativo do salário dos gráficos com o de outras categorias de operários, com o propósito de se obter uma média da situação econômica dessa categoria. Os operários mais qualificados da época eram ligados com o setor essencial da economia brasileira da República Velha, à saber, o agroexportador. Dessa maneira, os trabalhadores ligados a trabalhos de exportação de mercadorias, como ferroviários e portuários, tinham grande poder de barganha com a burguesia quando entravam em greve e seu salário era o mais alto. Em contrapartida, o setor têxtil, que não exigia mão-de-obra especializada e encontrava grande oferta de força de trabalho, tinha os piores salários e as piores condições de vida. Os gráficos ficam entre os dois, mas acima da média geral das categorias de operários, ganhando no ano de 1929 por volta de 450 mil réis mensais (GUALBERTO, 2008. P. 36). Essa média geral, segundo Maria Auxiliadora Guzzo Decca era de 200 mil réis (DECCA, 1987. P. 21).

Os autores que trabalharam, tendo os operários gráficos como objeto de pesquisa são unânimes em dizer que eles gozavam de melhores condições de vida e salários mais altos, o que proporcionava acesso à cultura e a bens intelectuais (FERREIRA, 1978. P. 109). Como destacou Hobsbawm, somente homens que pudessem esperar certo nível de salários podiam gozar de estilos de vida característicos da aristocracia operária (HOBSBAWM, 1985. P. 306). De fato, os operários gráficos paulistas da década de 20 tinham maior facilidade material para adquirir livros, jornais e outros materiais que lhes possibilitavam instrução acima da média dos trabalhadores dos demais ofícios, possibilitando também que mantivessem seus filhos nas escolas, uma oportunidade que estava abolida para a maioria da classe trabalhadora paulista do período (GUALBERTO, 2008. P. 40).

Dito isto, fica evidente que pelo menos em três dos itens apontados por Hobsbawm para se entrar na categoria de “aristocracia operária” (nível e regularidade de salários,

seguridade social e perspectiva de futuro) estão presentes na situação dos gráficos paulistas da década de 20. Resta, porém, analisar outros três itens.

As condições de trabalho dos gráficos nessa época são descritas por Maria Hadler como “bastante precárias”. Os compositores, devido ao longo período diário em que permaneciam de pé, frequentemente adquiriam edemas, varizes, úlceras varicosas e pé chato. Os acidentes de trabalho eram comuns, os operários gráficos tinham de lidar com ácidos minerais e orgânicos, anilinas, xilol, benzinas, bicarbonatos, o que faziam das intoxicações, queimaduras e dermatoses problemas constantes. A exposição a raios ultravioletas e infravermelhos provenientes de lâmpadas não protegidas devidamente causavam conjuntivite e catarata. O calor das caldeiras dos linotipos e da fusão do chumbo dava origem as termoses, os vapores desprendidos aumentavam a umidade do ambiente e causavam mal-estar (HEDLER, 1982. P. 71). Gualberto, em complemento a exposição de Hadler, nos informa que “a condição dos gráficos não podia ser considerada confortável”, estando mais ou menos nas mesmas condições gerais que o restante dos trabalhadores de São Paulo (GUALBERTO, 2008. P. 39).

A relação dos operários gráficos com os patrões (e com o Estado) fora de conflito por toda a década de 20 e basta lembrar que seu sindicato (a União dos Trabalhadores Gráficos) era um dos mais organizados dentre todas as categorias de trabalhadores, contava com um estatuto de nítido caráter revolucionário, fora base de apoio de anarquistas e comunistas e fizeram grandes greves como as de 1923 e 1929 para demonstrar isso. Por outro lado a relação dos gráficos com as outras categorias de operários parece corroborar a hipótese dos mesmos como uma “aristocracia operária”.

Na ocasião da greve dos gráficos de 1929, os gráficos dos jornais não aderiram a parede argumentando que se o fizessem a greve perderia o apoio propagandístico dos jornais liberais de São Paulo como o *Diário Nacional* e *O Combate*; a esse respeito Astrojildo Pereira, jornalista então Secretário-Geral do Partido Comunista do Brasil (PCB) comentou que “o apoio moral e mesmo financeiro desses aristocratas [grifo nosso] era uma irrisão [e o seu argumento exposto acima] era aqui oportunistas, digno somente de aristocratas traidores e fura-greves” (LEDO, 1929).

Os gráficos também apresentavam uma espécie de consciência “aburguesada” que é atestada por Octávio Brandão, dirigente comunista da década de 20, em entrevista,

quando perguntado sobre quais eram os setores mais ativos do operariado durante a década de 20

Havia alfaiates artesãos, que não eram bem operários, eram alfaiates artesãos; havia a construção civil; havia um ou outro tecelão; havia empregados no comércio, que eram muito ativos; havia gráficos, mas estes não se diziam operários: “Eu sou artista”. [risos] Eu achava uma graça enorme e perguntava a eles: “Por que você não é operário?”. Eles me respondiam: “Não; operário é uma categoria inferior. Eu sou artista” [risos] (BRANDÃO, 1993, p. 16).

O depoimento de Brandão sobre como os operários gráficos se compreendiam em relação as outras categorias de operários se assemelha em demasia com uma ilustração que Hobsbawm deu em seu estudo sobre como a aristocracia operária compreendia a si mesma: “o credo do artesão em relação ao dos trabalhadores é que os últimos são uma classe inferior e que devem fazê-los conhecer e ficarem no seu lugar” (HOBSBAWM, 1981, p. 279).

Por fim, podemos afirmar que dos seis itens que Hobsbawm elenca para caracterizar a aristocracia operária, os operários gráficos de São Paulo apenas não se encaixam em um: as condições de trabalho, pois a relação conflituosa com os patrões ou o reformismo não são critérios para se pertencer a aristocracia operária na concepção de Eric Hobsbawm.

Para resolver a questão, todavia, é necessário notar que o conceito de “aristocracia operária” em Lênin e em Hobsbawm difere num ponto essencial: em Lênin, “aristocracia operária” é uma camada da classe operária que é decorrência do imperialismo, tendo, portanto, uma ligação orgânica com este, sendo esta a raiz de seu conservadorismo. Seguindo Lênin, não se poderia, portanto, falar em “aristocracia operária” fora da época do imperialismo e fora de um país imperialista, pois é apenas com o imperialismo que se cria as condições materiais para o surgimento de uma “aristocracia operária”. O conceito de Hobsbawm, por outro lado, não implica em uma ligação orgânica da aristocracia operária com o imperialismo, tendo como critério apenas os seis pontos já mencionados acima, de forma que este autor pode encontrar uma aristocracia operária já em 1790, apontá-la uma hora nos artesãos e outra nos metalúrgicos, maquinistas e operários da construção naval.

Em Eric Hobsbawm,

O tipo ideal, ou modelo do aristocrata do trabalho, como o termo ‘artífice’ indica, era o do artífice especializado pré-industrial, que aprendera seu

ofício através de estágio como aprendiz, em contraste com o operário que não tinha ofício nem treinamento (HOBSBAWM, 1985, p.305).

Em Lênin, por outro lado, são apontados como aristocracia operária “a massa dos membros das cooperativas e dos sindicatos, das sociedades desportivas e das numerosas seitas religiosas” (LÊNIN, 2012, p. 144). Como Lênin se fundamentava em Engels, podemos aceitar que ele tinha em mente as categorias que Engels apontou: Metalúrgicos, carpinteiros, marceneiros e operários da construção. De toda forma, no estudo de Hobsbawm, parte dessas profissões coincidem com as profissões apontadas como fazendo parte da aristocracia operária na Inglaterra durante o mesmo período (HOBSBAWM, 1981, p. 291). Isso nos permite definir que essas profissões eram de fato as mais abastadas no âmbito da classe operária inglesa e que faz sentido que fosse a elas que Lênin se referia principalmente, mas não se pode perder de vista que o critério de Lênin e de Hobsbawm para definir o que era a “aristocracia operária” diverge e isso tem consequências importantes.

Hobsbawm, apesar de conhecer bem a tese de Lênin sobre a aristocracia operária, não concorda com ela e diz declaradamente, bem como a decorrência que tem a análise da aristocracia operária sob seu conceito

[...] contrariamente ao que alguns supuseram, meus próprios escritos sobre o assunto [a aristocracia operária] jamais endossaram o argumento leninista, fosse como a principal “explicação” para o caráter “reformista” do trabalhismo britânico, fosse sequer no que diz respeito ao século XX. O que era defendido em meu ensaio, a partir do qual surgiu muito debate, era a visão clássica, e de modo algum exclusivamente marxista, de que existiu na Grã-Bretanha do século XIX uma aristocracia operária, e de que ela era politicamente moderada (HOBSBAWM, 1985, p. 301).

A decorrência dos dois critérios de aristocracia operária é: em Lênin a tendência da aristocracia operária ao reformismo é muito forte, devido a sua ligação orgânica com o imperialismo do país a qual pertence. Em Hobsbawm, como inexistente essa ligação orgânica com o imperialismo, a aristocracia operária pode, ou não, ser reformista. E de fato, Hobsbawm afirma em crítica ao conceito leninista de aristocracia operária que

[...] o artífice especializado foi o núcleo dos movimentos operários organizados, e, sob este aspecto, eles poderiam corretamente ser considerados mais radicais do que o restante das classes trabalhadoras, e não menos. Isto se aplica não só a Grã-Bretanha, mas talvez ainda mais a países em que setores não-aristocráticos da classe operária, como os mineiros, fossem predominantes nos movimentos operários. Hoje em dia,

já é aceito que o quadro político dos movimentos de massa no continente europeu, com frequência abertamente social-revolucionários, especializados em sua maioria com aprendizagem, como os marceneiros, tipógrafos, fabricantes de charutos e, de forma cada vez maior, metalúrgicos. Esta composição é também notoriamente verdadeira quanto a muitos partidos comunistas (HOBSBAWM, 1985, p.308.).

Fica evidente, dessa forma, que não há nenhum aspecto suficientemente forte para não considerar, segundo os critérios de Hobsbawm, os operários gráficos paulistas da década de 20 e 30 como uma aristocracia operária. Entretanto, estamos de acordo com Gualberto em considerar que sob a perspectiva de Lênin é impossível considera-los dessa forma, visto que o Brasil da Primeira e Segunda República não era um país imperialista e o Estado brasileiro não tinha a mesma relação com os sindicatos que tinha o Estado britânico. Seria, como disse Gualberto, um “equívoco histórico”, visto que criar uma camada de operários com nível superior de vida em consequência de sindicatos estatais financiados pela exploração de outros países é uma característica específica da Inglaterra e demais países imperialistas e sua classe operária na época em que tratavam Engels e depois Lênin (GUALBERTO, 2008, p. 43).

Dessa forma, definido que o conceito leninista de aristocracia operária não serve aos gráficos paulistas, frisamos que ao mesmo tempo são justamente suas condições materiais que fazem deles “aristocratas do trabalho” sob a perspectiva de Hobsbawm que possibilitaram que essa categoria se apresentasse como uma “vanguarda” do movimento operário, no sentido de que era politicamente mais ativa e que se esforçava em demasia pela criação de uma consciência de classe revolucionária no proletariado paulista². Atestam esse fato, não apenas o estatuto da UTG formulado em 1919, que como mostra Gualberto, tinha a pretensão de se tornar uma entidade representante dos anseios de todo o operariado paulista, não restringindo as suas ações apenas a própria corporação de ofício e englobando neles as principais reivindicações da classe proletária, mas também toda a vida ativa do sindicato até o fim da década de 30, que englobou um projeto de educação e organização revolucionária dos trabalhadores através da realização de palestras, debates, atividades recreativas e artísticas, como o uso de narrativas fictícias que dialogavam com o cotidiano operário, poemas, músicas, bailes, piqueniques e esportes, sempre recheados de cunho

² Para autores como Sérgio Lessa e Armando Boito Jr. o Brasil chegou a desenvolver uma relação imperialista para com outros países e, consequentemente, deu luz a uma aristocracia operária no sentido leninista do termo. Porém, esse fenômeno só veio a ocorrer a partir da década de 70 (BOITO Jr., 1999; LESSA, 2014).

político. Como bem notou Nazareth Ferreira, foi também devido a um trabalho de longo prazo que era exercido nas fábricas pela UTG por toda década de 20 através de órgãos como os Conselhos de Oficinas, que atuavam com o objetivo de manter contato constante entre o sindicato e os operários que possibilitou uma greve de alto nível organizativo como a de 1929 (FERREIRA, 1986, p. 74).

Conclusão

Do exposto acima devemos reforçar que o caráter vanguardista dos operários gráficos no movimento operário brasileiro durante a Primeira e Segunda República se assenta materialmente no fato de que, sob a perspectiva teórica de Hobsbawm, eles eram uma “aristocracia do trabalho”. Hobsbawm e Lênin divergem a respeito do significado do conceito de “aristocracia operária”. Uma vez que em Hobsbawm a teoria do imperialismo é suprimida, restando apenas outras questões ligadas as condições de trabalho, salário e cultura dos operários para corresponderem ao conceito, não há maiores problemas em encontrar no Brasil do início do século XX a “aristocracia do trabalho” nos gráficos. Para resumir a questão, devemos dizer que o que separa a “aristocracia operária” para Lênin e para Hobsbawm é a teoria do imperialismo, de maneira que seria melhor, para evitar um *quid pro quo* conceitual na história da classe operária, dizer que em Lênin existe a “aristocracia operária” e em Hobsbawm a “aristocracia do trabalho”, ou então, para eliminar de vez a confusão, chamar a perspectiva do historiador britânico de “elite do trabalho” (sugestão do autor deste artigo).

É preciso salientar que a diferença entre uma “aristocracia operária” e uma “elite do trabalho”, não é de se ignorar. O historiador que usar o primeiro conceito estará necessariamente tratando de uma camada da classe operária que tem interesses de classe associados ao de uma burguesia de um país imperialista e, por isso, com fortes tendências conservadoras da ordem, enquanto que se usar o segundo dirá respeito a categorias de operários com melhores condições de vida, salário e cultura que a média das demais categorias da classe operária, mas sem implicar necessariamente interesses em comum com a burguesia, de maneira que sua condição material pode implicar um caráter vanguardista revolucionário tanto quanto uma posição política reformista e conservadora.

Referências

- BLASS, L.M.S. *Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986.
- BOITO Jr., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRANDÃO, O. *Otávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.
- CARONE, E. *As Origens da III Internacional Comunista*. Revista Estudos de Sociologia. Araraquara, Vol. 5, n. 08. 2000.
- DECCA, M.A.G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 – 1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FERREIRA, N. *A imprensa operária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *Imprimindo a própria história: O movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986.
- GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. São Paulo: Mestrado apresentado a USP, 2008.
- HEDLER, M. S. D. *Sindicato de Estado e legislação social: o caso dos gráficos paulistas nos anos de 1930*. Campinas. Dissertação de Mestrado apresentada a Unicamp, 1982.
- HOBBSBAWM, E. *Os Trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LEDO, A. *Carta de Américo Ledo [Astrojildo Pereira] para Saulo [Paulo de Lacerda]*. Moscou, 08/08/1929. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista).
- LÊNIN, V.I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LESSA, S. *Cadê os operários?* São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- PZEWSKI, A. *A social-democracia como fenômeno histórico*. Revista Lua Nova, São Paulo, Vol. 4, n. 03, P. 104. Julho/setembro. 1984.
- VITORINO, A.J.R. *Processo de trabalho, sindicalismo e reforma técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado apresentada a Unicamp, 1995.